


Discurso e governamentalidade como operadores na pesquisa de currículo e política curricular

Maria Manuela Alves Garcia
Mara Rejane Vieira Osório

Maria Manuela Alves Garcia

Universidade Federal de Pelotas,
UFPel, RS, Brasil


E-mail: garciamariamaneuela@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-0127-4276>

Mara Rejane Vieira Osório

Universidade Federal de Pelotas,
UFPel, RS, Brasil

E-mail: mareos@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-3703-5226>

Resumo

O artigo debate, do ponto de vista teórico-metodológico, a potência das noções de discurso e governamentalidade na prática de pesquisa em currículo e políticas educacionais e curriculares, tendo como matéria de reflexão as investigações que um grupo de docentes e pesquisadores vem desenvolvendo na pós-graduação em educação de uma universidade pública brasileira. Essas investigações têm como tema as mudanças nos currículos de formação profissional dos docentes e na Educação Básica, e as transformações nas formas de profissionalidade docente, ao longo das últimas décadas, na relação com as políticas educacionais e curriculares oficiais. O artigo está organizado em três seções, além da introdução. Primeiramente, discute a herança de algumas contribuições de autores da Sociologia e da Sociolinguística para o entendimento contemporâneo da noção de discurso. Na segunda seção do texto, realiza um debate das noções de discurso e governamentalidade a partir de Michel Foucault, entendendo o discurso da política como prática de poder e tecnologia que institui formas de governo da conduta da escola e dos agentes escolares. Nesse sentido, argumenta que as políticas educacionais oficiais têm precarizado os currículos e o trabalho docente no sentido de submetê-los às demandas do mercado e às políticas de padronização nacional e auditoria externa. Por último, conclui com uma exposição de aspectos procedimentais do uso na pesquisa das noções de discurso e enunciado, ressaltando a exigência de rigor na seleção de documentos e discursos e o seu tratamento enquanto monumentos.

Palavras-chave: Discurso. Governamentalidade. Política curricular.

Recebido em: 05/04/2024

Aprovado em: 24/02/2025



 <http://www.perspectiva.ufsc.br>
<http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2025.e99454>

Abstract**Discourse and governmentality as operators in curriculum research and curriculum policy****Keywords:**

Discourse.
Governmentality.
Curriculum
policy.

The paper discusses, from a theoretical-methodological point of view, the potency of notions of discourse and governmentality in the practice of research in curriculum and curricular policies, having as a subject of reflection the investigations that a group of teachers and researchers have been developing in the postgraduate course in education at a Brazilian public university. These investigations focus on changes in the curricula for professional teachers' education and in basic education, and the transformations in the forms of teaching professionalism, over the last few decades, in relation to official educational and curricular policies. The paper is organized into three sections, further the introduction. Firstly, it discusses the legacy of some contributions from authors in Sociology and Sociolinguistics for the contemporary understanding of the notion of discourse. In the second section of the text, a debate is held on the notions of discourse and governmentality based on Michel Foucault, understanding the discourse of politics as a practice of power and technology that establishes forms of government of the behavior of the school and school agents. Therefore, it argues that official educational policies have made curricula and teaching work precarious in the way of submitting them to market demands and national standardization policies and external auditing. Finally, it concludes with an exposition of procedural usage aspects of the notions of discourse and statement in research, highlighting the requirement for rigor in selection of documents and discourses and their treatment as monuments.

Resumen**Discurso y gubernamentalidad como operadores en la investigación de currículo y política curricular****Palabras clave:**

Discurso.
Gubernamentalidad.
Política curricular.

El artículo debate, del punto de vista teórico-metodológico, la potencia de las nociones de discurso y gubernamentalidad en la práctica de investigación en currículo y políticas curriculares, teniendo como materia de reflexión a las investigaciones que un grupo de docentes e investigadores vienen desarrollando en el posgrado en educación de una universidad pública brasileña. Esas investigaciones tienen como tema los cambios en los currículos de formación profesional de los docentes y en la educación básica, y las transformaciones en las formas de profesionalidad docente, a lo largo de las últimas décadas, en relación con las políticas educacionales y curriculares oficiales. El artículo está organizado en tres secciones, además de la introducción. Primeramente, discute la herencia de algunas contribuciones de autores de la Sociología y de la Sociolingüística para el entendimiento contemporáneo de la noción de discurso. En la segunda sección del texto, realiza un debate de las nociones de discurso y gubernamentalidad desde Michel Foucault, entendiendo el discurso de la política como práctica de poder y tecnología que instituye formas de gobierno de la conducta de la escuela y de los agentes escolares. Además, argumenta que las políticas educacionales oficiales han precarizado los currículos y el trabajo docente en el sentido de someterlos a las demandas del mercado y a las políticas de normalización nacional y auditoría externa. Por último, concluye con una exposición de aspectos procedimentales del uso en la investigación de las nociones de discurso y declaración, resaltando la exigencia de rigor en la selección de documentos y discursos y su tratamiento como monumentos.

Introdução

Esta escrita faz uma reflexão sobre como se tem operado na prática de pesquisa, desde os anos de 1990, com as noções de discurso e governamentalidade (Foucault, 1990b, 1995a, 2008a, 2008b), mas sobretudo desde o engajamento como docentes e orientadoras no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-UFPel), na linha de pesquisa Currículo, Políticas Educacionais, Profissionalização e Trabalho docente e no Grupo de Estudos e Pesquisas em Docência e Educação Básica (GEDEB). O texto chama a atenção para o fato de que o encontro com essas ferramentas conceituais foi fruto de várias experiências de trabalho com intelectuais de diferentes campos e perspectivas teóricas que tratam de problematizar o discurso e suas implicações para a pesquisa social e educacional, tendo repercussões no campo de estudos das políticas educacionais e curriculares. Como nossa trajetória intelectual testemunha, é possível afirmar que a formação para a pesquisa está sempre em movimento, não no sentido da negação dos que antes nos inspiraram, mas na busca constante por refinar o olhar e a problematização dos objetos e fenômenos que investigamos.

Os riscos de fazer esse tipo de meta-reflexão, na qual se está implicada, não deixa de ter suas dificuldades. Imersas no tempo e na atualidade dos arquivos que nos constituem, damos-nos conta de uma prática de investigação baseada em discursos que se tornaram os nossos. Compartilhar experiências não deixa de ser uma prova, com virtudes e problemas que podem ter, como efeito, identificações e controvérsias para possibilitar outras experiências e avanços. Essa proposta soma-se a um debate de cunho teórico-metodológico em torno da apropriação das noções de discurso e governamentalidade (Foucault, 1990b, 1995a, 2008a, 2008b) como potentes ferramentas para compreender os efeitos dos currículos e das políticas curriculares para as condutas docentes.

São diversos os trabalhos que têm se lançado à tarefa de discutir a educação e a política educacional e curricular do ponto de vista das noções de discurso e governamentalidade, no Brasil, desde o início dos anos de 1990 (Veiga-Neto, 2013; Veiga-Neto e Traversini, 2009; Gadelha, 2009; Lunardi-Lazzarin; Hermes, 2016). Outros estudos, a exemplo dos escritos de Fischer (2012) e Garré e Vieira (2021), discutem as noções de discurso e enunciado, de modo a explorar os usos potenciais dessas ferramentas na prática de pesquisa em educação. Nesse sentido, esta escrita pretende, também, contribuir em particular para a reflexão dos modos como se tem operado com essas noções (discurso e governamentalidade) na prática de pesquisa, que tem como tema as políticas educacionais e curriculares na relação com o trabalho e a profissionalidade docente.

A noção de governamentalidade foi desenvolvida por Foucault (1990b, 2008a, 2008b) na década de 1970. Atualmente, os estudos sobre governamentalidade, no campo da educação e do currículo, têm proliferado e avançado em relação aos escritos de Foucault sobre o tema.

Governamentalidade tem sido considerada uma ferramenta importante para discutir educação ou política educacional e curricular, explorando sobretudo as relações entre a educação e a governamentalidade/racionalidade política neoliberal (Fimyar, 2009; Veiga-Neto, 2011, 2013; Veiga-Neto; Traversini, 2009; Gadelha, 2009; Lunardi-Lazzarin; Hermes, 2016; Lockmann, 2020). Seguindo esses estudos, compreende-se governamentalidade como a grade de análise de uma racionalidade (uma arte de governar, uma razão de governo) de uma época em que as tecnologias de governo sobre os outros implicam tecnologias do governo de si (Foucault, 1990b, 2004, 2008a, 2008b; Aquino, 2011).

Os temas do discurso pedagógico e curricular e suas implicações na formação de professores e no trabalho docente, com foco nas mudanças dos saberes curriculares e na profissionalidade docente, a partir do discurso das políticas educacionais oficiais, têm sido o fulcro das pesquisas que desenvolvemos. Com o significante da profissionalidade docente, abarcam-se as características que dão sentido ao ser e fazer da docência enquanto um agir específico, baseado em um saber ético-técnico-científico. São pesquisas que privilegiam a análise de discursos e textos oficiais, mas também investigam narrativas e depoimentos diversos obtidos de docentes, gestores e estudantes e registros de observações de práticas pedagógicas, na intenção de analisar as mudanças curriculares e a produção da docência na relação com os mandatos oficiais e os discursos curriculares hegemônicos.

Nesse horizonte político epistemológico, mais recentemente, também se tem incorporado a Teoria Política do Discurso (Borges, 2022) a partir das contribuições de Laclau e Mouffe (2015). São autores que vêm, nos últimos anos, ganhando uma visibilidade crescente no campo do currículo e das políticas curriculares, e que contribuem para a compreensão do funcionamento da política e da hegemonização de certos sentidos pela política, ressaltando o caráter precário e instável das identificações e consensos alcançados no bojo da luta política e da definição dos textos de política.

Organiza-se, a seguir, o texto em três seções, além desta introdução: na primeira, fazemos algumas considerações dos caminhos que nos levaram ao interesse pela noção de discurso, considerando as contribuições de autores que marcaram nossa formação. Na segunda seção, discutimos a noção de governamentalidade e discurso para debater a potência dessas noções nas análises de currículo e política curricular. Para finalizar, discutimos aspectos de ordem procedimental relativamente a uma análise de enunciados e ao tratamento analítico dos discursos que se investigam.

O discurso: as influências

Ainda que desde o início deste milênio tenha-se aprofundado, centralmente, uma perspectiva foucaultiana acerca do discurso, outras perspectivas foram importantes para qualificar os horizontes que nos instigam. A noção de discurso é uma noção complexa e de múltiplos sentidos e usos, conforme a perspectiva e a tradição disciplinar. Contudo, se algo pode ser afirmado e que atravessa a

variedade de perspectivas, é que o discurso é uma noção que emerge marcada pela tentativa de ressaltar o caráter social e performativo da linguagem e das produções linguísticas.

O discurso foi compondo-se em nossos trabalhos, no campo da pedagogia e do currículo, a partir de uma preocupação fortemente sociológica. Primeiramente, influenciadas pelo marxismo, mas buscando uma compreensão da esfera das produções culturais e simbólicas, encontramos, nos trabalhos de Bourdieu (1983a, 1983b), Bakhtin (1981) e Pêcheux (1990), a inspiração para analisar a constituição do discurso da Didática no ensino superior brasileiro na primeira metade do século XX (Garcia, 1994). Esses autores possibilitaram uma tematização de cunho sociológico e político das lutas que atravessaram o campo da Didática nesses anos, uma compreensão dos discursos que foram se afirmando e da situação social e das relações de poder que foram configurando o lugar do discurso da Didática na hierarquia dos objetos na universidade.

Todos esses autores contribuem para ressaltar uma análise da situação social da enunciação. Bourdieu (1983a, 1983b) desenvolve uma teoria dos campos e estuda *o que falar quer dizer* e o *mercado linguístico*, estudos em que debate o valor que certas variedades linguísticas têm na escola e de como os falantes são hierarquizados e classificados (e subalternizados) mediante o uso dessas variantes. Segundo essa perspectiva, os campos são regiões determinadas da prática social, que se caracterizam pela disputa em torno de certas formas de capital (econômico ou simbólico, dependendo do campo em questão) que, por sua vez, estão associadas à distribuição de recursos e vantagens. Assim, com esse modelo, o sociólogo estudou diferentes campos da vida social: o intelectual, o escolar, o científico, etc.

O enunciado, para Bourdieu (1983a, 1983b), é uma espécie de função da situação social de enunciação. É o produto dessa situação. Os sujeitos, com seus *habitus*, capital social e outras formas de capital, ocupam posições que disputam formas específicas de capital em jogo em regiões particulares da prática social, como a autoridade científica que é objeto de disputa no campo da ciência. Bourdieu (1983a, 1983b) ressalta o caráter social da linguagem e do discurso, evidenciando as relações de poder implicadas na enunciação. Quando suas investigações têm como tema a educação escolar, ressalta a importância da linguagem como exercício da violência simbólica e instância de imposição e reprodução cultural (Bourdieu; Passeron, s/d).

Bakhtin (1981) discute um enfoque sociolinguístico, que se pergunta pela situação social da enunciação e a relação com o enunciado, afirmando categoricamente que o discurso é inteiramente definido pela situação e pela relação social da enunciação. O autor, em *Marxismo e filosofia da linguagem*, faz um contraponto entre o subjetivismo linguístico (o discurso como fruto de uma interioridade do indivíduo e de sua livre vontade ou necessidade de expressão) e o objetivismo linguístico (a imposição social da língua enquanto um sistema sobre o indivíduo falante). Refutando

uma e outra posição, desde um ponto de vista marxista, defende que são as relações de poder que configuram a situação social da enunciação e o conteúdo do discurso.

Outras vertentes da Análise do Discurso francesa auxiliam a compreender a ideologia e o complexo institucional como fatores que atravessam a enunciação e o discurso como prática social. Algumas noções que hoje estão incorporadas à gramática da análise do discurso, como a noção de interdiscursividade¹ (Maingueneau, 1993) e formação discursiva e ideologia (Pêcheux, 1990), são centrais para o entendimento do discurso a partir dessas perspectivas.

De modo geral, ressalta-se que são perspectivas que chamam atenção para relações desiguais e assimétricas de poder que atravessam as produções linguísticas e as regiões do discurso. São abordagens fundamentalmente sociológicas e políticas do discurso, que se preocupam em elucidar as condições sociais e de poder, que estão implicadas nas situações de enunciação e nos discursos. Essas posições de poder, na perspectiva de Bourdieu (1983a), lutam por formas específicas de capital (econômico, social, cultural, simbólico, etc.) em jogo em um determinado campo da vida social, mediante a disposição (ou *habitus*) para jogar o jogo e reconhecer as regras que regem o campo, admitindo certo grau de contestação por posições heréticas.

Esses autores operam, sobretudo, com uma compreensão das relações de poder como forma de dominação, como relações de opressão e alienação, e operam ainda com a dicotomia entre conhecimento verdadeiro e falso. O conceito de ideologia, desde uma perspectiva marxista, é entendido como falsa representação da realidade que se torna hegemônica e obscurece os efeitos da luta de classes e da dominação de uma classe sobre a outra. O conhecimento válido, o científico ou o filosófico, possibilitam consciências e sociedades mais esclarecidas e emancipadas.

Já Foucault (1995a), inicialmente, desenvolve investigações que tomam como objeto os saberes *sérios*, que circulam na sociedade com estatuto de verdade e estão grandemente implicados em práticas institucionais. Desenvolve uma análise da função enunciativa, delimitando o discurso como um conjunto de práticas discursivas que têm conexão com o desejo e o poder, que obedecem regras que são históricas e raras. Duas obras, *A Arqueologia do Saber*, publicada pela primeira vez em 1969, e *A ordem do Discurso, Aula Inaugural no Collège de France*, em 2 de dezembro de 1970, são exemplares desse empenho. O tema do discurso ou dos *saberes sérios*, enquanto objeto de investigação, é subsumido, posteriormente, pelos estudos que têm como interesse as práticas discursivas e as tecnologias de poder (dos dispositivos de poder, das tecnologias de governo de si e

¹ A noção de interdiscurso é cara à análise de discurso. Faz referência à relação entre os discursos e as formações discursivas. Os discursos sempre se relacionam com outros discursos. A constituição do discurso é tecida por outros discursos e têm, na margem, outros discursos que com eles se relacionam. Há um caráter dialógico de todo o enunciado do discurso.

dos outros, etc.), o que leva Foucault a um conjunto de investigações que fazem uma ontologia histórica de quem somos e das práticas de poder que nos constituem enquanto sujeitos de liberdade.

Buscando as implicações da noção de discurso na atualidade dos estudos de currículo e de política curricular, não se pode deixar de referenciar os estudos de Laclau e Mouffe (2015) que, contemporaneamente, tematizam o político e a política nas tramas do discurso. De modo mais radical, suspendem uma perspectiva representacional do discurso, abolindo a distinção entre o que é e o que não é discursivo, distinção admitida por Foucault (1995a).

Desde o que aqui importa, argumenta-se que as tematizações acerca do discurso, nesses autores, são incomensuráveis pelos tempos e os contextos históricos em que viveram, pela formação e as influências que tiveram, e sobretudo pelas problemáticas a que dedicaram seus escritos sobre o discurso.

É preciso observar que *A Arqueologia do saber*, de Michel Foucault, tem sua primeira edição em 1969, e *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*, de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, foi publicada, pela primeira vez, em língua inglesa no ano de 1985. Os contextos e as influências que esses trabalhos incorporaram são diferentes, ainda que ambos compartilhem de uma posição antiessencialista e antifundacionalista no entendimento dos acontecimentos discursivos e da história. Laclau e Mouffe (2015) apresentam um modelo para analisar como se constrói a hegemonia em torno de certos sentidos, através de cadeias de equivalência de grupos de significantes, cuja estabilidade é sempre precária e ameaçada pela lógica da diferença, pelo diferimento e pelo antagonismo. A Teoria Política do Discurso faz uma releitura pós-estruturalista e antifundacionalista de algumas categorias do marxismo, como hegemonia e antagonismo, incorporando desenvolvimentos mais recentes do campo da linguagem e da filosofia da linguagem (Wittgenstein, 1999; Derrida, 2009), pensando o sujeito da política a partir da psicanálise lacaniana e da crítica à metafísica da presença. O discurso é qualquer prática articulatória que acontece nos jogos de linguagem. A Teoria Política do Discurso, ao propor uma análise da política e da hegemonização de certos sentidos na política, é uma perspectiva potente para uma leitura da política educacional e curricular, entendida como fruto de disputas e alianças que constroem a hegemonia de modo sempre precário e instável.

Assim, é inegável a contribuição desses estudos para o entendimento da noção de discurso. No entanto, a ênfase almejada neste trabalho desenvolve-se mais extensivamente sobre a associação que se vem fazendo na pesquisa entre discurso e governamentalidade, na perspectiva dos estudos foucaultianos.

O empreendimento intelectual de Michel Foucault e as noções de discurso e governamentalidade

Conforme já exposto, uma análise mais sistemática sobre o discurso e a tentativa de esboçar uma analítica do discurso e da função enunciativa são esforços relacionados aos primeiros trabalhos de investigação de Foucault (1995a); depois, deslocados a favor de uma perspectiva genealógica do discurso como prática de poder (Foucault, 1993, 1996).

Não deixa de ser importante observar que, atualmente, no campo dos estudos educacionais de inspiração foucaultiana, algumas investigações se autodenominam *arqueogenealógicas*, buscando uma síntese entre dois procedimentos pelos quais os comentadores de Foucault sistematizaram o curso das investigações do autor. Essas investigações unem uma análise da função enunciativa de certas discursividades locais (os saberes das ciências humanas) que caracterizou as investigações arqueológicas, e uma análise genealógica, atenta a uma história da constituição dos saberes e das práticas discursivas em termos de estratégia e táticas de poder, de suas relações com o corpo e os modos de subjetivação, sem recorrer à instância fundadora do sujeito.

Ainda que Foucault (1995a) faça distinção entre o discursivo e o não discursivo, entre o linguístico e não linguístico, não era a materialidade linguística do discurso o que o interessava, mas o regime de objetos que o discurso institui e suas condições de possibilidade (discursivas e não discursivas).

Ao preconizar a análise da função enunciativa e das formações discursivas, segundo comenta Veyne (2011, p. 17), ele sugeria “a descrição mais precisa, mais concisa de uma formação histórica em sua nudez”. Em outras palavras, propunha uma análise das práticas discursivas, do que se fazia e do que se dizia, atenta às variações, às descontinuidades, às dispersões, passando o pensamento e a escrita dessa história pela recusa a universais como o sujeito fundador e outros princípios unificadores ou *a priori*, narrativas de totalidade, explicações causais, etc.

Defensor de um trabalho sobre a história, que se debruçava sobre singularidades e acontecimentos, tratando o próprio discurso como acontecimento, colocando em suspenso, os universalismos e as explicações globalizantes de tipo marxista, o foco das pesquisas de Michel Foucault recusava duas grandes direções do pensamento filosófico desde Descartes: a elaboração de uma metafísica do sujeito (que se pergunta pela natureza e essência do Homem, os sentidos de sua existência e relações com o universo, a natureza da consciência e da razão, a relação da razão com o real, etc.); uma analítica da verdade que se pergunta pelo problema da obtenção da verdade e do conhecimento verdadeiro, ou pelas regras e condições de validade e cientificidade dos saberes.

O sujeito, defendia Michel Foucault (1995b), é uma forma particular, não uma substância que pode ser encontrada em todos os lugares e em todos os tempos. O sujeito constitui-se através de práticas de sujeição e/ou práticas de liberdade (como na Antiguidade pagã), que são práticas em que

estão implicados saberes e poderes, e obedecem a “um certo número de regras, de estilos, de convenções que podemos encontrar no meio cultural” (Foucault, 2004, p. 291). Foi o interesse pela investigação dessas práticas que motivou as investigações que desenvolveu a partir de meados da década de 1970, em obras como *Vigiar e Punir* (1987) e *História da Sexualidade* (1985, 1993, 1994). A partir desses anos, realiza uma genealogia de diversos dispositivos (o psiquiátrico, o penal e a sexualidade) que separam o louco e o não louco, o normal e o anormal, e que estão implicados estrategicamente na produção do sujeito, na moralidade de sua conduta e modos de vida.

É assim que, ao realizar uma genealogia do poder político moderno entre os séculos XVI e o século XVIII, a partir do estudo de dois corpos de doutrina, a razão de Estado e a teoria da polícia, chega à noção de governamentalidade. Em especial, na aula de 1º de fevereiro de 1978, do curso do Collège de France, *Segurança, Território, População*, desenvolve pela primeira vez o conceito de governamentalidade, que se transformará em uma tópica de análise útil ao estudo das racionalidades políticas de governo dos homens (como o liberalismo e o neoliberalismo), e ao estudo das práticas em que o governo dos outros implica, também, o governo de si próprio (Foucault, 2008a, 2008b). Nesses textos, Foucault (2008a, 2008b) discute como a emergência da população, como objeto de governo do poder político, no desenvolvimento dos estados europeus naqueles séculos, e o desenvolvimento de uma aritmética política enquanto ciência do Estado, levaram ao surgimento de um conjunto de instituições e de práticas de poder que constituíram, ao mesmo tempo, a população enquanto uma totalidade regulada e submetida à norma, e os indivíduos como sujeitos autorregulados.

Essa noção, governamentalidade, tematizada, inicialmente para recortar um domínio específico das relações de poder referidas ao Estado, vai adquirir, no trabalho do autor e de seus seguidores, contornos bem mais amplos, tornando-se uma grade de análise que permite articular o funcionamento e as estratégias que as racionalidades políticas de cunho liberal instituíram no governo dos indivíduos e das populações. As aulas do Curso dado no Collège de France, nos anos de 1978-1979, que levaram o título de *Nascimento da Biopolítica*, testemunham as problematizações acerca das racionalidades políticas desse tempo.

O termo governo, ou governo, tem um sentido muito particular na gramática de Michel Foucault. Com esse termo buscou compreender o funcionamento das relações de poder a partir de um ponto de vista que não é unidirecional, político-jurídico, ou o exercício de uma violência instrumental, no qual o outro encontra-se totalmente submisso e privado de sua liberdade. Para Foucault (1995b), o poder é exercido segundo certas formas de racionalização, tendo seu caráter próprio em jogos estratégicos entre liberdades, jogos entre posições assimétricas em que os jogadores tentam determinar as condutas uns dos outros, agindo sobre as ações uns dos outros. Assim, uma relação de poder é uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais, futuras ou atuais, e implica sempre estratégias

de confronto, luta e inversões eventuais. O exercício do poder consiste mais propriamente em ordenar condutas e agir em um campo de probabilidades, estruturando o eventual campo das ações dos outros².

O saber estatístico e o esquadrinhamento da população foram necessários para a regulação dos seus modos de existência, combatendo práticas inúteis e viciosas, como a andarilhagem, a vagabundagem, o onanismo infantil, docilizando pulsões a favor da cultura e do adestramento dos corpos. Pode-se afirmar que foi sobre esses fundamentos que o capitalismo pode se desenvolver. Governar como um modo de agir sobre as possibilidades da ação dos outros, visando a certos fins, é uma condição dos estados nas democracias liberais. O Estado na modernidade encarna uma fórmula de *Todos e cada um*, um esforço concomitante de totalização e individuação, que comporta a figura do pastor e do departamento em uma mesma estrutura ou mesma máquina. As instituições educacionais, na modernidade, herdaram algumas práticas da pastoral cristã, como a confissão e o exame de consciência, colocando-as a favor da reforma dos indivíduos e da reforma social, secularizando a teleologia dessas práticas. Não mais buscar a salvação em outro mundo após a morte, mas salvar-se neste mundo pelo esclarecimento, pelo desenvolvimento, pela consciência, pela autonomia, pelo progresso, pela empregabilidade, pela felicidade, pela inclusão digital, promessas de uma vida emancipada e próspera em que a ciência e o conhecimento são considerados meios para chegar a esses bens.

No conjunto de sua obra, Foucault evidencia como o poder político vai sendo exercido crescentemente através de alianças complexas, entre uma multiplicidade de autoridades e instituições, que possibilitaram a articulação de múltiplas regiões da prática social, que vão desde os processos econômicos até o mais íntimo da conduta individual.

As dinâmicas da autonomia e da liberdade, em regiões do mundo ocupadas pelas democracias liberais, são essenciais na produção de cidadãos e no exercício da soberania política. Perceber o exercício do poder como um domínio de relações estratégicas que grupos, instituições e indivíduos tecem entre si, segundo a perspectiva da governamentalidade, estratégias que vão sendo modificadas diante de novas necessidades e condições, é considerar o exercício do poder como acontecendo em um campo de condutas diversas e reações múltiplas e imprevisíveis. Nesse nível de indeterminação, as estratégias de regulação e autorregulação e as tecnologias de governo tornam-se cada vez mais atuantes e extensas no corpo social, pois em última análise, estão fadadas ao fracasso, havendo sempre uma imensidão de novos aspectos e realidades que escapam e saem do controle. “É sempre preciso

² Foucault (1995b), ao caracterizar as relações de poder, destaca que elas são mais da ordem do *agonismo*, de uma relação que é sobretudo de incitação recíproca, de provocação permanente e de luta constante, do que de um *antagonismo* essencial, em que os termos da relação se bloqueiam mutuamente, ainda que entenda a violência e as formas de dominação como manifestações extremas do poder.

governar mais e melhor”, o que justifica que as ações de poder se ampliem e tornem-se cada vez mais sofisticadas (Ó, 2009).

As contribuições de Foucault, no conjunto de sua obra, para a compreensão da educação e seu funcionamento, passam por esse e outros conceitos, que permitem um olhar sobre as relações de poder e saber, implicadas nas práticas educacionais e curriculares, ainda que ele próprio pouco tenha se dedicado a investigar essas práticas. A organização dos sistemas escolares estatais na Europa dos séculos XVIII e XIX possibilitaram o sequestro e a disciplina do corpo e da alma, ao mesmo tempo em que se desenvolvia a disciplinarização dos saberes e a própria constituição da pedagogia como um saber especializado em torno da infância e de outros aprendentes, no sentido de potencializar sua educação e desenvolvimento como sujeitos racionais e livres.

O conceito de dispositivo (Foucault, 1990a, 1993) procurou dar visibilidade a um tipo de formação ou rede *decididamente* heterogênea, composta pelo dito e o não dito, o linguístico e o não linguístico, que englobando elementos diversos (discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, regulamentos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas), respondem a uma urgência e cumprem uma função estratégica que tem, como alvo, a conduta de disciplinar, corrigir, reformar, educar, instruir, curar, controlar. etc. (Foucault, 1990a). Os dispositivos, continua Foucault (1990b, p.246), estão sempre ligados a certas configurações de poder e saber; são “estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles”.

O dispositivo da escolaridade pública veio tendo como alvo a população infantil e juvenil e o governo da conduta, segundo racionalidades que foram se transformando e respondendo a mudanças nas configurações históricas e necessidades de controle e regulação. Hunter (1998), em seu livro *Repensar la escuela. Subjetividade, burocracia y critica*, debate que a tarefa escolar se tornou possível enquanto um sistema ou uma instituição que surgiu nos séculos XVIII e XIX, estrategicamente para resolver problemas do governo social, unindo, na mesma estrutura administrativa, coisas tão heterogêneas já dispostas na cultura, como o departamento e as práticas da espiritualidade, por longo tempo desenvolvidas nas instituições monásticas e cristãs. As narrativas de salvação e perdição laicizaram-se e atravessam o discurso educacional e pedagógico, prometendo razão, consciência, uma vida de sucesso, progresso e felicidade em nome da ciência e do esclarecimento. As formas específicas que essas narrativas assumem em determinado tempo, e seus efeitos nas práticas escolares e curriculares, suas inclusões e exclusões, são problemas para a investigação. A invenção de um indivíduo racional, autônomo, autorreflexivo e portador de uma liberdade autorregulada é uma das grandes alquimias entregues à escola e à pedagogia, ainda que

esses termos tenham hoje, no discurso das políticas educacionais, conotações muito diferentes das que tinham em séculos anteriores.

As políticas educacionais e curriculares estão relacionadas aos processos de governo da conduta, instituindo o que podemos chamar de regimes éticos e imaginários sociais, oferecidos como modelos e promessas de uma vida e de um mundo melhor, juntamente com interpretações e diagnósticos do passado e do presente que indicam os perigos e os desafios a serem enfrentados. Essas políticas fazem parte desse conjunto de tecnologias que tomaram de assalto a vida humana através da norma, propondo formas de vida e de sensibilidade e tendo mais sucesso na medida em que conseguem capturar ansiedades e subjetividades, aliando objetivos administrativos e de governo a objetivos e interesses locais e pessoais, como desejos de reconhecimento e sucesso (Miller; Rose, 2012).

É com esse entendimento que se vem trabalhando na investigação dos discursos das políticas educacionais e curriculares, verificando como as condutas das escolas e das/dos docentes são disputadas, tendo como matéria os discursos que emergem de diferentes textos e conjuntos de enunciações, circulando em suportes materiais diversos, como documentos oficiais, regulamentos, artefatos midiáticos, narrativas docentes, entre outros. É claro que analisar um texto de política educacional ou um projeto político-pedagógico de curso é diferente de analisar a narrativa de uma professora da Educação Básica falando da produção de si no currículo escolar, a partir de sua condição de gênero, orientação sexual ou étnica (Maciel, 2017, Maciel; Garcia, 2018). São modalidades enunciativas com características próprias, com finalidades estratégicas diversas, que permitem dar visibilidade para objetos e problemas muito variados. Entretanto, em uns e outros discursos, através de uma análise da função enunciativa e das formações sociais e históricas que a sustenta, buscam-se os regimes éticos que estão sendo instituídos e negociados nos currículos em dois eixos de análise que se complementam: de um lado, uma problematização dos modos de existência, instituídos pelas regulamentações da soberania política através dos textos de política educacional e curricular, entendidos como políticas culturais e o fruto de consensos impossíveis, e por isso instáveis; de outro lado, uma problematização dos efeitos dos discursos no trabalho escolar e na docência e dos movimentos de negociação, resistência, interpelação e produção de si, que os/as docentes e as escolas realizam diante de discursos que circulam no bojo das relações de poder-saber da governamentalidade neoliberal.

Nessa direção, tem-se desenvolvido alguns estudos de política educacional, de currículo e políticas curriculares e suas relações com as mudanças na profissionalidade docente e nas formas de regulação do trabalho docente. São investigações de cursos de licenciatura que observam os impactos das reformas oficiais nos currículos da formação docente e/ou são estudos que observam os impactos de políticas educacionais no trabalho docente e nos currículos de Educação Básica (Garcia, 2010,

2016, 2019; Anadon, 2005, 2012; Anadon e Garcia, 2015; Osório, 2010, 2014, 2024; Osório e Fonseca, 2016; Voss, 2012; Voss e Garcia, 2014; Garcia, Fonseca e Leite, 2013; Garcia, Osório e Fonseca, 2020; Borges, 2022; Borges e Garcia, 2023).

Esses estudos tratam os discursos educacionais e curriculares oficiais como dispositivos que têm estimulado formas precarizadas de profissionalidade e formação docente, instituindo imaginários acerca da qualidade da educação e da profissionalidade docente baseada em resultados e índices quantitativos e em uma ética sacrificial e salvacionista. A insistente retórica moralizadora de responsabilização da docência pelos resultados do trabalho, aliada ao estímulo à concorrência e à precarização das escolas e das carreiras docentes colabora ativamente para a criação do desânimo e o aviltamento social da profissão. Cria-se um círculo vicioso em que a falta de motivação e a precarização do trabalho e da profissão são vivamente alimentados pelos discursos oficiais que culpabilizam a docência e justificam políticas de maior controle, regulação e pauperização. Ao mesmo tempo, diante do tamanho dos desafios que estão colocados para a educação pública, e popular e da redução de investimentos diretos do estado nesse setor, abriu-se um mercado lucrativo na esfera pública, cobiçado por setores privatistas que, através de organizações múltiplas e de parcerias com setores governamentais, encontram oportunidades de maximizarem seus lucros com a venda de pacotes instrucionais, plataformas e programas educacionais. Acentua-se, dessa forma, a perda do sentido da educação e da escola como esfera pública e bem comum sob responsabilidade do Estado. Restringe-se, também, a ideia de comunalidade na escola e na sala de aula, e da docência como lugar de pensamento e humanização para uma existência mais criativa, inclusiva e criadora.

Implicações procedimentais na pesquisa com a noção de discurso e enunciado

Destacam-se, neste momento, alguns aspectos que evidenciam como se tem operado com o discurso e o enunciado na perspectiva foucaultiana. Como já se disse, o objetivo preponderante da pesquisa tem sido compreender e problematizar os efeitos produtivos dos discursos na relação que os discursos pedagógicos e curriculares têm com os docentes e seus processos de subjetivação e identificação. Nesse sentido, seguem-se algumas precauções analíticas.

1. Sobre a operação com o discurso

Do ponto de vista do que se tem operado com o discurso, busca-se ficar no nível do próprio discurso, na descrição dos enunciados e da função enunciativa que atravessa discursos que têm suportes materiais os mais diversos, como textos, legislações educacionais, entrevistas, documentos curriculares, etc. Busca-se a problematização das condições de existência dos discursos entendidos como conjuntos de enunciados ou formações discursivas, que obedecem a sistemas de formação, que

são condições históricas singulares e que têm efeitos em termos de regulação e de subjetivação. No estudo das políticas curriculares ou dos discursos pedagógicos, no campo da formação de professores e do trabalho docente, presta-se atenção aos imaginários sociais e aos regimes éticos (formas de personalidade) instituídos pelos discursos curriculares, correlacionando esses regimes com as condições e as conjunturas históricas que os tornaram possíveis (Garcia, 2010).

Parte-se de uma descrição da superfície do discurso individualizando enunciados, que atravessam diferentes documentos e unidades da língua, para chegar a problematizar os regimes de pessoas que as enunciações pretendem produzir, as formações discursivas que são mobilizadas para definir a educação, suas prioridades, os tempos que vivemos e os sujeitos pedagógicos. Nesse sentido, não se realiza uma análise da função enunciativa tal como descrita por Michel Foucault (1995a), pois o interesse é o exercício do discurso enquanto acontecimento e prática de poder. Fica-se atento, nos discursos, aos imaginários sociais que propalam as mazelas e os problemas do nosso tempo; os modelos de existência social e individual que são oferecidos como supostamente mais nobres, prometendo aos sujeitos uma existência mais feliz, adequada, desenvolvida e de sucesso. Ao fazerem isso, os discursos estabelecem, ao mesmo tempo, a ordem daquilo que é abjeto e sujeito a penalidades (o fracasso, o atraso, a falta de consciência, a ingenuidade, a falta de empregabilidade, a dependência, a perversão, o desmoronamento moral da sociedade e da família, etc.).

2. Os documentos como monumentos

Ao selecionar diferentes suportes materiais do discurso e discursos para a investigação, não se tem a preocupação de fazer uma análise exaustiva. Em outras palavras, não se busca dar conta dos discursos acerca de um tema ou de um objeto em sua totalidade, ou se tenta extrair deles todas as verdades possíveis. No entanto, tem-se a preocupação que os discursos guardem certa homogeneidade entre si, seja pelos objetos e temas que tratam, seja pelas finalidades dos textos e documentos analisados, ainda que tenham suportes materiais e estilos de enunciação diversos. Isso é um tanto óbvio, mas os critérios de representatividade são sobretudo relacionados com o problema que se quer discutir. Nessa direção, pode-se, sim, eleger critérios de ordem qualitativos e/ou quantitativos.

Sem pretender realizar uma análise da totalidade do que é dito, mas tendo rigor na seleção dos discursos que serão analisados, busca-se discutir como esses discursos circulam como verdades, colocam em jogo um conjunto de estratégias, de táticas e de mecanismos constituídos de ordens, regras, prescrições, intenções, representações, significados e classificações que remetem aos currículos, à formação docente e ao trabalho docente. Em estudos de políticas curriculares no campo da formação e da profissionalização docente (legislação curricular, documentos educacionais e pedagógicos diversos, projetos pedagógicos de curso, livros didáticos, sites na internet, mídias oficiais, entre outros), faz-se uma seleção suficiente e variada de documentos para possibilitar a

delimitação de enunciados que são raros e estão dispersos por diferentes suportes materiais do discurso (vídeos, plataformas digitais, documentos de políticas, projetos pedagógicos de curso, declarações e documentos de agências internacionais, etc.).

Os discursos remetem sempre a outros discursos, em uma perspectiva de intertextualidade. Todo o discurso é povoado, em suas margens, por outros discursos (Foucault, 1995a). Os discursos são conjuntos de significantes que fazem referência a outros conjuntos de significantes em um murmúrio sem fim. Sempre está no plano dos significantes e das interpretações que o investigador ou a investigadora deve deixar em suspenso, temporariamente, para decompor e compor o discurso em análise, possibilitando outros agrupamentos e classificações a partir de sua análise. Logo, é preciso considerar que sempre se está diante de fatos de discurso, interpretações e classificações acerca dos objetos e temas de pesquisa. Contudo, ressalta Foucault (1996, p. 51) que é preciso não reduzir a análise ao plano dos significantes e seus jogos, ou nos termos dele mesmo, é necessário “suspender a soberania do significante” para “restituir ao discurso seu caráter de acontecimento”.

Ainda, tratar os documentos como monumentos é estar atento a traços de diferentes estratos do discurso que formam híbridos, superposições, enunciados que se deslocam, por vezes, de seus contextos de enunciação e são recolocados em outros campos de enunciação, modificando-se nesses processos. A descontinuidade e a dispersão são uma característica do discurso (Foucault, 1995a). A significação é um processo instável e precário que tem como efeito o deslizamento de sentido dos significantes; por exemplo, na educação, a pluralidade de significados de termos como autonomia, emancipação, democracia, qualidade, etc.

Entender os documentos como monumentos inspira a pensar nos discursos como constituídos por camadas que se superpõem, colocam-se lado a lado e/ou se relacionam e hibridizam diferentes séries temporais e séries de acontecimentos que deixam vestígios nos textos, instituem sentidos que ora se reafirmam, ora diferem, ora se contradizem, ainda que frequentemente utilizem os mesmos significantes. Nos termos de Foucault (1993, p. 95), discursos são segmentos descontínuos, “elementos ou blocos táticos no campo da correlação de forças”, os quais se devem analisar em dois níveis: “o de sua produtividade tática (que efeitos recíprocos de poder e saber proporcionam) e o de sua integração estratégica (que conjuntura e que correlação de forças torna necessária sua utilização [...])”.

As observações de Foucault (1990a), ao tratar de suas pesquisas em torno do dispositivo da sexualidade, são muito inspiradoras para certos cuidados e para o entendimento de modalidades enunciativas, como os discursos de políticas educacionais e curriculares. As modalidades desses discursos, além de terem um inegável caráter normativo, resultam de fortes embates e negociações em torno da hegemonização de certos sentidos pela política, sentidos que, em última análise, estão

sempre sujeitos a contestações e traduções. São textos e discursos que apresentam contradições internas, tanto no interior de um mesmo documento quanto em relação a outros documentos, ainda que desejem instituir regulações que se dirigem às mesmas questões e aos mesmos sujeitos.

3. Os enunciados são raros e atravessam diferentes formas e estruturas da língua

O enunciado é o átomo do discurso e justifica a própria existência de uma língua, segundo Michel Foucault (1995a). Os enunciados não são como unidades de registro típicas da análise de conteúdo, que podem ser muitas e resumem em poucos termos ou palavras o significado de uma enunciação. Os enunciados são raros e, como já destacado, não se confundem com frases, proposições, orações e outras unidades linguísticas e sintáticas, etc. Os enunciados estão dispersos pelo tecido social; funcionam como sistemas que conjugam e regem o que pode e o que não pode ser dito e, também, estabelecem quem é autorizado a falar.

Descrever enunciados, como defende o Foucault arqueologista (1995a), ou descrever a função enunciativa, é relacionar um conjunto de enunciados a um conjunto de objetos que emergem do discurso; é identificar um conjunto de modalidades enunciativas que caracterizam o discurso e estão dispersas em variados suportes materiais e práticas institucionais; é relacionar esses enunciados a outros enunciados que com eles se relacionam; é mapear um conjunto de conceitos, temas e teorias que vão delimitando certas regiões do discurso e constituindo uma gramática própria para falar de certos fenômenos e práticas. Michel Foucault (1995a), quando tematiza a descrição da função enunciativa, o faz em uma arqueologia das ciências humanas, tendo como objeto saberes que têm como sujeito e objeto o *homem*, que estão em um nível anterior à constituição de regiões disciplinares próprias, saberes que estão em algum ponto entre a opinião e a ciência, e fortemente implicados em práticas regulamentadas e institucionais.

A descrição de enunciados ou a análise de discurso, como pontua Foucault (1995a) é, ao mesmo tempo, a individualização de uma formação discursiva, entendida como um conjunto de enunciados regidos pelo mesmo sistema de formação ou pelas mesmas regras de formação. É uma análise histórica que pergunta aos enunciados de que modo existem, o que significa terem surgido e como permanecem para uma reutilização eventual. Não busca por um sentido oculto ou escondido do discurso, mas reconhece exclusões, ausências e lacunas que delimitam o referencial do discurso, implicam em coexistências com outros discursos e impedem certas formas de utilização. Eis o princípio da rarefação dos enunciados que, no limite, os separa do não dito. A análise de raridade é uma análise das relações de poder que o enunciado movimenta e que justifica sua própria existência. Nesse sentido, a raridade tem relação com a exterioridade (a descrição histórica), que é condição de existência do enunciado.

Ao utilizar as indicações que Foucault (1995a) fez para uma arqueologia dos saberes das ciências humanas, é claro que se fazem traduções, adaptações e usos, delimitados por nossa leitura e compreensão do que escreve e por problemas e decisões a serem tomadas em termos analíticos para as investigações em curso. Como já se lembrou, as investigações que se têm realizado são movidas por uma compreensão do discurso como prática de poder com efeitos produtivos nos currículos e nas formas de profissionalidade docente, que vêm sendo disputadas pelos discursos das políticas educacionais e curriculares oficiais.

Por exemplo, a tese de Osório (2010) operou especialmente com a ferramenta governamentalidade, associada com as noções de governo, discurso e subjetivação; tratou do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) e seu foco na Educação a Distância (EaD) como tecnologia de poder que, mais do que as promessas de expansão e renovação da Educação Superior pública, reforçou uma arquitetura formativa (cursos por projetos financiados, organização por polos distantes das universidades, uso de plataforma virtual como meio de interação formativa, contratação de professores formadores e tutores através de bolsas e sem relação com as instituições formativas; condições que foram traduzidas e ajustadas pelo curso estudado). A produtividade dessa empreitada pode ser resumida em duas etapas associadas: uma, do discurso oficial focado na formação via EaD; outra, do curso que, programado para a interação a distância, fortalecia a formação de um tipo de conduta docente autorresponsável, flexível e ativa. Essas condutas encontraram seu campo de emergência e condições de existência em uma racionalidade política neoliberal que buscava instituir significados para a formação e, assim, constituir tipos de docentes.

Portanto, em termos de políticas educacionais e/ou curriculares, as ações e programas não são propostas neutras ou técnicas; ao contrário, as enunciações e os enunciados oficiais, que têm como suporte documentos institucionais diversos, contribuem com a dispersão discursiva sobre como os/as professores/as devem ser formados/as, como devem ser e como devem atuar no exercício da sua profissão.

Para encerrar, reitera-se que, na análise dos discursos que se veio defendendo, a partir das noções de discurso e governamentalidade, privilegiam-se as condições de possibilidade (os acontecimentos, os fatos históricos, a conjuntura) dos discursos e não a personalidade, o sujeito e o autor do discurso como a expressão de uma vida ou de uma subjetividade profunda. Quer-se a posição que o sujeito tem de ocupar para ser sujeito daquele discurso. Também, não se busca explicar o discurso por algum referente material do qual ele seria uma representação mais ou menos fiel. Como já registrado, a questão da verdade não é um problema. São problemas para o pensamento os jogos de verdade e a política que o discurso institui. Buscam-se os efeitos dos discursos na criação de objetos, na disseminação de certos imaginários sociais, na configuração das subjetividades e dos

processos de subjetivação, das relações de poder e das relações sociais. Em síntese, privilegia-se a política do discurso!

Referências

ANADON, Simone Barreto. **Trabalho e identidade docente no contexto da reforma educacional iniciada na década de 1990**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2005.

ANADON, Simone Barreto. **Prova Brasil uma estratégia de governamentalidade**. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, 2012.

ANADON, Simone Barreto; GARCIA, Maria Manuela Alves. “Educar para crescer” ou auditar para crescer? Governando para o desenvolvimento. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 87, p. 341-365, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/bF4vBGfd58hHcp8z3RKTgxB/?lang=pt> Acesso em: 22 out 23.

AQUINO, Julio Groppa. A governamentalidade como plataforma analítica para os estudos educacionais: a centralidade da problematização da liberdade. In: BRANCO, Guilherme Castelo e VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs). **Foucault: filosofia e política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1981.

BORGES, Juliana Diniz Gutierres. **A formação docente nas políticas curriculares de educação infantil: disputas por hegemonia (2009-2019)**. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, 2022.

BORGES, Juliana Diniz Gutierres; GARCIA, Maria Manuela Alves. Profissionalidade docente nas políticas curriculares para a Educação Infantil no Brasil: Cuidadora? Professora? Professora-cuidadora? **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 23, n. 76, p. 601-626, jan./mar. 2023. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/29756> Disponível em: Acesso em: 22 out 23.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. Organizador da coletânea: Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983b. p.122-155.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Lisboa: Editorial Vega, s/d.

DERRIDA, Jacques. A estrutura, o signo e o jogo no discurso das Ciências Humanas. In: DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2009. p.407-426.

FIMYAR, Olena. Governamentalidade como ferramenta conceitual na pesquisa de políticas educacionais. **Educação & Realidade**, v. 34, n.2. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8308> Acesso em: 22 out 23.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Trabalhar com Foucault: Arqueologia de uma paixão**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Nascimento da prisão. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

- FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1990a. p. 243-276.
- FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1990b. p. 277-293.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. 11 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II**: O uso dos prazeres. 7 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1994.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade III**: O cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995a.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica - Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995b.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade e política**. Organizador Manoel Barros da Motta. Ditos & Escritos V. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação**: Introdução e conexões a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- GARCIA, Maria Manuela Alves. **A didática no ensino superior**. São Paulo: Papirus, 1994.
- GARCIA, Maria Manuela Alves. Políticas educacionais, imaginários sociais e regimes éticos. **Revista Brasileira de Educação (RBE)**, v. 15, n. 45, p.445-591, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/kZTK8sHPWFkvbpwTKfzZqRv/abstract/?lang=pt> Acesso em: 22 out 23.
- GARCIA, Maria Manuela Alves. Políticas curriculares e profissionalização: saberes da prática na formação inicial de professores. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.32, n.02, p. 131-155, Abril-Junho 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/WmrpNVVFYPBvc4zJkbPDwpL/?lang=pt> Acesso em: 22 out 23.
- GARCIA, Maria Manuela Alves; FONSECA, Márcia Souza da; LEITE, Vanessa. Teoria e prática na formação de professores: a prática como tecnologia do eu docente. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.29, n.03, p.233-26, set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/M6DSjHTjJXv9GZBzfC3qHDJ/> Acesso em: 22 out 23.
- GARCIA, Maria Manuela Alves. Quimeras do curso de pedagogia: a formação para a docência na educação infantil e nos anos iniciais. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 15, n. 33, p. 91-117, jul./set. 2019. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5278> Acesso em: 22 out 23.
- GARCIA, Maria Manuela Alves; OSÓRIO, Mara Rejane Vieira; FONSECA, Márcia Souza da. **Currículos e profissões docentes**: licenciaturas em Pedagogia e Matemática em universidades públicas gaúchas. 2 ed. São Leopoldo: Óikos, 2020.

GARRÉ, Bárbara Hees; VIEIRA, Ana Gabriela da Silva. Mobilizando ferramentas conceituais da análise do discurso em Michel Foucault. **Contrapontos**, vol. 21, n. 01, p. 25-38, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/17649> Acesso em: 22 out 23.

HUNTER, Ian. **Repensar la escuela**. Subjetividad, burocracia y crítica. Barcelona: Ediciones Pomares – Corredor, 1998.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios, 2015.

LOCKMANN, Kamila. Governamentalidade neoliberal fascista e o direito à escolarização. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15408> Acesso em: 22 out 23.

LUNARDI-LAZZARIN, Márcia L.; HERMES, Simoni T. Governamentalidade como ferramenta analítica: uma prática de pesquisa em educação especial. **Educação & Filosofia** v.30, n.60, p. 859-881, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/30896> Acesso em: 22 out 23.

MACIEL, Patrícia D. **Lésbicas e professoras**. O gênero na docência. Curitiba: Appris, 2017.

MACIEL, Patrícia D.; GARCIA, Maria Manuela A. A lesbianidade como arte da produção de si e suas interfaces no currículo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/tkRZGMvdSSWmhy6hwwB8fyQ/?lang=pt> Acesso em: 22 out 23.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. 2ed. Campinas: UNICAMP/ Pontes, 1993.

MILLER, Peter; ROSE, Nikolas. **Governando o presente**. (Coleção Biopolíticas). São Paulo: Paulus, 2012.

Ó, Jorge Ramos do. A governamentalidade e a história da escola moderna: Outras conexões investigativas. **Educação & Realidade**, 34(2), p. 97-117, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/8434> Acesso em: 22 out 23.

OSÓRIO, Mara Rejane Vieira. **Formação de professores na Universidade Aberta do Brasil (UAB): discursos que governam**. 2010. 192 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

OSÓRIO, Mara Rejane Vieira. ... Agora, é a gente com a gente mesmo! **Revista Teias**, v. 15, n. 39, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24482> Acesso em: 22 out 23.

OSÓRIO, Mara Rejane Vieira; FONSECA, Márcia Souza da. Ajustando um currículo de licenciatura em matemática em tempos de diretrizes curriculares para a formação de professores da educação básica. **Acta Scientiae**, v.18, n.3, p.637-648, set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/acta/article/view/1606> Acesso em: 22 out 23.

OSÓRIO, Mara Rejane Vieira. Projetos político-pedagógico de cursos de pedagogia do RS e as ciências da educação. **Rev. Bras. Polít. Adm. Educ.** v. 40, n. 01, 2024. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/135701> Acesso em: 11 nov. 24

PÊCHEUX, Michel. **Discurso. Estrutura ou acontecimento**. São Paulo: Pontes, 1990.

VEIGA-NETO, Alfredo; TRAVERSINI, Clarice. Apresentação: Por que governamentalidade e educação? **Educação & Realidade**, n. 34, v. 2, p.13-19, mai/ago 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/9725/5532> Acesso em: 22 out 23.

VEIGA-NETO, Alfredo. Governamentalidade, neoliberalismo e educação. In: BRANCO, Guilherme Castelo e VEIGA-NETO, Alfredo. (Orgs). **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p,37-42.

VEIGA-NETO, Alfredo. Governamentalidade e educação. **Rev. Colomb. Educ.** [online]. n.65, p.19-42. Ju./Dec. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4136/413634077002.pdf>. Acesso em: 22 out 23.

VEYNE, Paul. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VOSS, Dulce Mari da S. **Os movimentos de recontextualização da política Compromisso Todos pela Educação na Gestão do Plano de Ações Articuladas (PAR) e seus efeitos: um estudo de caso no município de Pinheiro Machado (RS)**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, 2012.

VOSS, Dulce Mari da S.; GARCIA, Maria Manuela A. O discurso da qualidade da educação e o governo da conduta docente. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 391-412, abr./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/B4QVj6hQfvVmn39rmNNPyYQ/?lang=pt> Acesso em: 22 out 23.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1999. (Col. Os Pensadores)